



CONCURSO PÚBLICO - Edital N.º 001/2009 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 20 de Dezembro de 2009

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: ARQUITETO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Esta prova contém 50 questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 15 de Legislação, 25 de Conhecimentos Específicos e 02 Questões Analítico-Discursivas. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14:30h e término às 18:30h (horário local).
3. A resposta definitiva de cada questão objetiva deve ser obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO RESPOSTA, considerando a numeração de 01 a 50. As questões analítico-discursivas deverão ser respondidas no FORMULÁRIO-RESPOSTA, obedecendo ao limite máximo de 15 linhas para escrever a resposta de cada questão.
4. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no CARTÃO RESPOSTA. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
5. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul para responder as questões analítico-discursivas, pois não serão consideradas respostas de lápis. O FORMULÁRIO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção da Prova Subjetiva. O boletim contendo a prova deve ser usado apenas como rascunho e não valerá, sob hipótese alguma, para efeito de correção pela banca examinadora.
6. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu, assim como, no FORMULÁRIO-RESPOSTA na parte inferior. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
7. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação. O FORMULÁRIO-RESPOSTA não poderá ser assinado pelo candidato.
8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta e do formulário-resposta por erro do candidato. O cartão resposta e o formulário-resposta só serão substituídos se for constatado falha de impressão.
10. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da mesma. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
11. O candidato deverá devolver no final da prova, o boletim de questões, cartão-resposta e o formulário-resposta recebidos.
12. Será automaticamente eliminado do concurso público da Prefeitura Municipal de Parauapebas, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2009.

Boa prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1 – QUESTÕES 01 a 04

A abolição do gerúndio

por José Augusto Carvalho

1 José Roberto Arruda, governador de Brasília, em seu artigo “Demiti
2 o gerúndio”, argumenta que demitir o gerúndio era uma necessidade,
3 porque os funcionários públicos recorriam a ele “para justificar a própria
4 ineficiência”. Para ele, ditos como “estamos preparando” ou “estamos
5 providenciando” (exemplos citados por ele como condenáveis, mas
6 exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o
7 gerundismo) caracterizariam “um crime contra a população” por
8 representar uma “progressão indefinida”.

9 Além do raciocínio indutivo que faz tábula rasa de todos os
10 funcionários, considerados proteladores e ineficientes, José Roberto
11 Arruda condena o gerúndio porque, para ele, o abuso do gerúndio é que
12 seria responsável pelo emperramento da máquina administrativa. O
13 gerúndio é que seria responsável pela burocracia, “enquanto doentes
14 padecem nas filas dos hospitais”. Vale dizer: eliminando-se o gerúndio,
15 os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções
16 com zelo, dedicação e eficiência.

17 “Abolir” o gerúndio é cercear a liberdade de expressão do falante.
18 Não é o gerúndio que provoca o adiamento de um processo, a
19 procrastinação de um serviço público ou a falta de atendimento médico.
20 Na ótica simplista do Sr. Arruda, eliminando-se o gerúndio, eliminam-se
21 também a preguiça e a incompetência dos funcionários e burocratas da
22 sua administração. Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra
23 “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada; para que um
24 motor de carro funcione sempre, basta eliminar a palavra “pane” dos
25 dicionários. Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio
26 do seu vocabulário.

27 O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!
28 Oxalá falantes ilustres tenham o bom senso de entender que a nossa
língua portuguesa não tem um único dono. Nossa língua portuguesa é a
língua de todos nós, mesmo que alguma autoridade não concorde com o
nosso jeito de usá-la.

<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>
(com adaptações)

01. Em sua argumentação, o autor do texto

- (A) defende o uso do gerúndio pelos funcionários públicos para justificar sua ineficiência.
- (B) condena a proibição do uso do gerúndio porque, para ele, a língua é um bem coletivo.
- (C) julga factível induzir a comportamentos desejados por meio da eliminação de palavras ou de categorias gramaticais.
- (D) considera necessário tomar providências, no âmbito da língua portuguesa, para que os funcionários exerçam suas funções com zelo, dedicação e eficiência.

02. Não é possível ver ironia no seguinte fragmento do texto:

- (A) “O Sr. José Roberto Arruda descobriu a cura de todos os males!” (linha 24).
- (B) “Para que um funcionário trabalhe, basta eliminar o gerúndio do seu vocabulário” (linhas 22-23).
- (C) “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo” (linhas 4-6).
- (D) “Vale dizer: eliminando-se o gerúndio, os doentes terão atendimento, os funcionários exercerão suas funções com zelo, dedicação e eficiência” (linhas 12-14).

03. Quanto às ideias desenvolvidas no texto, é incorreto afirmar que
- (A) José Augusto Carvalho acusa os funcionários públicos de ineficiência e procrastinação.
 - (B) uma progressão indefinida no âmbito do serviço público é, segundo o autor, um verdadeiro crime contra a população, porque emperra a máquina administrativa.
 - (C) o exemplo a que recorre o autor, em “Se a mesa está quebrada, basta eliminar a palavra “quebrado” do dicionário para que a mesa fique consertada”, coloca em evidência o absurdo da decisão do governador de Brasília.
 - (D) o autor, no enunciado “exemplos citados por ele como condenáveis, mas exemplos legítimos do uso do gerúndio que nada têm a ver com o gerundismo”, distingue dois possíveis usos do gerúndio: um permitido e outro abusivo.

04. Quanto aos fatos gramaticais da língua, é falso afirmar que
- (A) “público”, “médico” e “ótica” (linha 17) obedecem à mesma regra de acentuação.
 - (B) o verbo em “eliminam-se também a preguiça e a incompetência” (linhas 18-19) está na voz ativa.
 - (C) o uso de “é que” é expletivo em “o abuso do gerúndio é que seria responsável” (linha 10).
 - (D) a palavra “ditos” em “Para ele, ditos como ‘estamos preparando’” (linhas 3-4) é um substantivo e significa “aquilo que se diz”.

05. Quanto às relações de sentido, é correto afirmar que
- (A) a locução “bom senso” (linha 25) significa “sentido utilitário; discernimento do útil”.
 - (B) a preposição “para”, em “para justificar a própria ineficiência” (linha 3), indica direção.
 - (C) haverá alteração de sentido se substituirmos “na ótica simplista” (linha 17) por “na visão sutil”.
 - (D) a substituição de “oxalá” (linha 24) por “tomara” não prejudicaria o sentido nem a correção do texto.

TEXTO 2 – QUESTÕES 06 e 07

O gerúndio é só o pretexto I

Luiz Costa Pereira Jr.

1 Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão
2 nacional. Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas
3 seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem
4 cotidiana. Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas
5 conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre
6 alguém que “vai estar passando” o nosso recado, “vai estar analisando”
7 nosso pedido ou “vai poder estar procurando” a chave do carro. É
8 fenômeno democrático, sem distinção de classe, profissão, sexo ou
9 idade. O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que
10 mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de
11 esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem
12 indiferentes. Embora não haja explicação única para a origem do
13 fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da
14 língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas
15 do mesmo vício.

16 O gerundismo pode não passar de moda e, tal como veio,
17 desmanchar-se no ar, como outros vícios de ocasião. O movimento
18 recente contrário à sua aceitação pode indicar que o fenômeno está
19 longe de generalizar-se. Mas, se ele corresponder mesmo a uma
20 necessidade nem sempre consciente da comunidade, erradicá-lo vai
demorar muito mais do que se imagina. Ainda é cedo para garantir, com
firmeza, o futuro do combate ao gerúndio vicioso. Se tal esforço “vai estar
surtindo efeito”, só o tempo “vai poder estar dizendo”.

06. Não há linguagem figurada no seguinte enunciado:

- (A) “Ele chegou furtivo, espalhou-se feito gripe e virou uma compulsão nacional” (linhas 1-2).
- (B) “Em menos de uma década, o gerundismo cavou pelas bordas seu lugar sob os holofotes do país. É o Paulo Coelho da linguagem cotidiana” (linhas 2-3).
- (C) “Embora não haja explicação única para a origem do fenômeno, sua popularidade chama a atenção não só de especialistas da língua, mas de empresários e ouvidos sensíveis a saraivadas repetidas do mesmo vício” (linhas 11-14).
- (D) “Nas filas de banco, em reuniões de empresas, ao telefone, nas conversas formais, em e-mails e até nas salas de aula, há sempre alguém que ‘vai estar passando’ o nosso recado, ‘vai estar analisando’ nosso pedido ou ‘vai poder estar procurando’ a chave do carro” (linhas 3-7).

07. Entre os termos abaixo, não retoma a palavra “gerundismo”

- (A) “alvo” (linha 8).
- (B) “vício” (linha 14).
- (C) “Paulo Coelho” (linha 3).
- (D) “fenômeno democrático” (linha 7).

TEXTO 3 – QUESTÕES 08 e 09

O Gerúndio é só o pretexto II

Luiz Costa Pereira Jr.

- 1 Ao adotar o gerúndio numa construção que não o pedia, a pessoa finge
2 indicar uma ação futura com precisão, quando na verdade não o faz.
3 Para a professora Maria Helena de Moura Neves, da UNESP e do
4 Mackenzie, autora da *Gramática de Usos do Português*, o gerundismo faz
5 a informação pontual (em que o foco está na ação) ser transformada
6 numa situação em curso (durativa). O aspecto pontual é aquele em que
7 um fenômeno é flagrado independentemente da passagem de tempo - o
8 verbo se refere só à ação. São pontuais, por exemplo, expressões como
9 "vou fazer" ou o futuro do presente, "farei".
10 Porque os mecanismos lingüísticos são acionados pela intenção, diz
11 Maria Helena, é possível obter um efeito pragmático na locução do
12 gerúndio de atenuar o compromisso com a palavra dada.
13 - Quando digo "vou passar seu recado", a referência é a ação em si. Não
14 me ateno à sua duração. Com isso, amarro um compromisso. A ação é
15 indicada ali, pura e simplesmente. Garanto que ela se cumprirá. Ao usar
16 o gerúndio, deixo de me referir puramente à ação e incorpora-se o
17 aspecto verbal durativo. A ênfase passa a ser outra. Você comunica que
18 até encontrará tempo para fazer a ação, mas seu foco não está mais
19 nela.

<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>
[com adaptações]

08. Pode-se afirmar que o excerto acima é predominantemente

- (A) informativo, visto que fornece informações sobre o uso abusivo do gerúndio no Brasil.
- (B) dialogal, porque nele se estabelece um diálogo com o leitor acerca do uso do gerúndio.
- (C) explicativo, visto que nele se explica que o gerundismo está relacionado a propósitos comunicativos.
- (D) descritivo, dada a ênfase na descrição de estruturas da língua portuguesa em que ocorre o uso abusivo do gerúndio.

09. Quanto aos fatos gramaticais da língua, é correto afirmar que

- (A) o uso da crase em “deixo de me referir puramente à ação” (linha 16) é optativo.
- (B) “se”, em “incorpora-se o aspecto verbal durativo” (linhas 16-17), é uma conjunção integrante.
- (C) há oração sem sujeito em “é possível obter um efeito pragmático na locução do gerúndio” (linha 11-12).
- (D) a próclise em “quando na verdade não o faz” (linha 2) justifica-se pela presença de palavra atrativa.

10. Como se pode depreender da leitura dos vários textos, o gerundismo é o mau emprego do gerúndio, como ocorre, por exemplo, em
- (A) “O gerundismo já foi alvo de tantos e tão calorosos debates, que mesmo a polêmica em torno dele pode estar virando uma espécie de esporte de horas vagas, quase uma comichão a que poucos parecem indiferentes.” (<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10887>).
- (B) “Este artigo foi feito especialmente para que você possa estar recortando e possa estar deixando discretamente sobre a mesa de alguém que não consiga estar falando sem estar espalhando essa praga terrível da comunicação moderna, o gerundismo” (FREIRE, Ricardo. *Gerundismo*. Estado de S. Paulo. São Paulo. 16 de fev. 2001).
- (C) “O Diário da Região de Rio Preto publicou matéria sobre o emprego do gerúndio, fazendo críticas (justas) ao seu emprego abusivo e de forma gramaticalmente errada, prática esta que tem sido bastante utilizada por operadores de telemarketing, alguns jornalistas e pessoas em geral. [...] A sintaxe da língua portuguesa do Brasil está sofrendo contaminação da sintaxe da língua inglesa. O atendimento das moças do telemarketing está contaminando a fala das pessoas”. (<http://mfmdutra.wordpress.com/2006/03/14/uso-e-abuso-do-gerundio/> adaptado).
- (D) “Em lugar de ensinar os funcionários a usar o gerúndio, resolve-se o problema banindo-o da língua, como se a língua tivesse um só dono, coisa que, aliás, o governo deve pensar, ao impor uma mudança ortográfica absurda e sem sentido, nascida pretensamente para unificar a ortografia dos países de língua portuguesa, mas que, infelizmente, não unifica nada, porque continua admitindo grafias duplas” (<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/18/o-gerundio-expulso-a-abolicao-do-gerundio-e-as-143792-1.asp>).

LEGISLAÇÃO

11. A respeito dos bens do Município de Parauapebas, assinale a resposta correta.
- (A) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Câmara Municipal.
- (B) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Secretaria de Administração do Município.
- (C) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pelo Prefeito Municipal.
- (D) A fixação dos preços devidos pela utilização de bens serviços municipais será estabelecida pela Secretaria de Obras.
12. É competência privativa do Município de Parauapebas.
- (A) Cuidar da saúde e assistência pública, bem como da proteção, garantia e integração social das pessoas portadoras de deficiências.
- (B) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e ao desporto.
- (C) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- (D) Elaborar o Plano Diretor.
13. A respeito da Câmara Municipal, assinale a resposta correta.
- (A) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município e será estabelecido em Decreto Municipal.
- (B) O número de Vereadores à Câmara Municipal será fixo, e estabelecido em Decreto.
- (C) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional ao número de servidores públicos do Município e será estabelecido em Lei Municipal.
- (D) O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município e será estabelecido em Lei Municipal.

14. Quanto à administração dos bens patrimoniais do Município de Parauapebas, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os bens móveis e semoventes municipais deverão ser tombados e os imóveis cadastrados.
- (B) Todos os bens imóveis municipais deverão ser tombados e os semoventes e móveis cadastrados.
- (C) O Município dará preferência à venda e doação de bens imóveis, ante a possibilidade de concessão de direito de uso.
- (D) Na alienação de bens imóveis, obsoletos ou de uso anti-econômico para o serviço municipal, proceder-se-á de conformidade com Lei Municipal que regulamente as Licitações Públicas.

15. A respeito dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de serviço público dependerá de autorização do Prefeito e ocorrerá sem necessidade de licitação.
- (B) A concessão de serviço público dependerá de autorização da Câmara Municipal e ocorrerá sem necessidade de licitação.
- (C) A concessão de serviço público dependerá de autorização da Câmara Municipal e mediante licitação.
- (D) A concessão de serviço público dependerá de autorização do Prefeito e ocorrerá sem necessidade de licitação.

16. A respeito da competência para editar atos administrativos, assinale aquela que pertence ao Sr. Prefeito.

- (A) A aprovação de regimento ou regulamentação dos órgãos de administração direta será objeto de portaria.
- (B) As medidas executórias do Plano Diretor serão efetivadas através de portaria.
- (C) A autorização para contrato e dispensa de servidores sob o regime da legislação trabalhista ocorrerá através de portaria.
- (D) A concessão de aposentadoria ocorrerá através de portaria.

17. A respeito do estatuto dos servidores públicos do Município de Parauapebas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas, também se aplica aos servidores investidos em empregos públicos, assim definidos em lei municipal específica.
- (B) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas também se aplica aos empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades da Administração indireta que explorem atividade econômica.
- (C) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas também se aplica aos contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária por excepcional interesse público.
- (D) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas aplica-se aos servidores públicos da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

18. A respeito do provimento de cargos públicos, assinale a resposta correta.

- (A) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 3% (três por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (B) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (C) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 4% (quatro por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (D) Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservados 6% (seis por cento) das vagas oferecidas no concurso.

19. A respeito da posse nos cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (B) A posse ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (C) A posse ocorrerá no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
 - (D) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período a requerimento do interessado e conveniência da administração.
20. A respeito das formas de provimento dos cargos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Reversão é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (B) Reintegração é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (C) Recondução é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (D) Readaptação é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
21. A respeito de remuneração, assinale a resposta correta.
- (A) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - (B) Vencimento é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.
 - (C) Considera-se vencimento, o valor correspondente ao vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei como de caráter permanente.
 - (D) Em casos excepcionais, o vencimento pode ser inferior a 1 (um) salário mínimo vigente.
22. A respeito de adicional noturno, assinale a resposta correta.
- (A) É remunerado com adicional noturno, o serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 05 (cinco) horas do dia seguinte.
 - (B) É remunerado com adicional noturno, o serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 06 (seis) horas do dia seguinte.
 - (C) A remuneração da “hora noturna” terá acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a “hora normal”.
 - (D) A remuneração da “hora noturna” terá acréscimo de 30% (trinta e cinco por cento) sobre a “hora normal”.
23. A respeito de diárias e ajuda de custo, assinale a resposta correta.
- (A) Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, por período de até 30 (trinta) dias, será pago ajuda de custo, para custeio das despesas de viagem.
 - (B) Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, por período de até 30 (trinta) dias, serão concedidas diárias, para custeio das despesas de viagem.
 - (C) O servidor que receber diárias e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 (dez) dias.
 - (D) O servidor que receber ajuda de custo, e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 15 (quinze) dias.

24. A respeito das licenças à gestante e à adotante, assinale a alternativa correta.
- (A) Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - (B) À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 6 (seis) anos de idade, serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ou tutelado ao novo lar.
 - (C) Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - (D) À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança de até 6 (seis) anos de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada para ajustamento do adotado ou tutelado ao novo lar.

25. A respeito das penalidades impostas ao servidor, assinale a resposta correta.
- (A) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 2 (dois) e 4 (quatro) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (B) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (C) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 1 (um) e 3 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (D) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 4 (quatro) e 7 (sete) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Considerando parâmetros técnicos genéricos de parcelamento urbanístico, com base no estágio atual das tecnologias de infra-estrutura urbana e nos padrões atuais de urbanização em cidades médias e grandes, é apropriado dizer que
- (A) no desenho urbano de uma parcela, a aplicação de densidades em torno de 30 habitantes por hectare configura uma situação confortável do ponto de vista técnico, e racional economicamente. Esta faixa de densidade pode ser aplicada em desenhos e arranjos de quadra espaçados, com faces de quadra de cerca de 600 m x 900 m. Isto, no geral, colabora para que os lotes sejam arborizados e os afastamentos laterais, generosos.
 - (B) em projeto de parcela urbanística de loteamento popular, deve se pensar em densidades baixas, e ocupação rarefeita, na faixa dos 15 habitantes por hectare, em lotes de 20 m x 80 m. A ocupação deve ser predominantemente horizontal, com afastamentos, recuos e implantação que permitam áreas de quintal. Uma via coletora deve comportar três faixas de rolamento em dois sentidos diferentes, com canteiro central, para esta densidade.
 - (C) sistemas viários econômicos seguem, em geral, desenho em tipologia *espinha-de-peixe*, com via coletora central articulada a ramificações locais para entrada em zonas residenciais de bairro, com terminações sem saída. Este desenho pode ser associado a parcelamento de quadras de proporções quadráticas, com face de quadra em torno de 400 m, e lotes variados, entre 25 m x 25 m e 25 m x 200 m, para tipologias verticais.
 - (D) para projetos urbanísticos de loteamentos de habitação popular, é conveniente trabalhar densidades controladas, a partir da faixa de 90 habitantes por hectare, e com arranjos de quadra retangulares, em proporções de, por exemplo, 80 m x 320 m. A testada de lote mais estreita permite aproveitamento intensivo de quadra, com profundidade variável; o percentual de área pavimentada pode ser controlado por vias de menor caixa.

27. Ao trabalhar o projeto urbano e sua relação com o planejamento urbano, e especificamente a variável *densidade* em relação aos índices urbanísticos, podemos afirmar que

- (A) parcelamentos de grão mais estendido, com intervalos entre vias de aproximadamente 500 m, são adequados a vias de maior caixa, com cerca de 30 m; este tipo de desenho favorece altas densidades e representa ganhos de economia no custo de manutenção de infra-estrutura, se a ele for aplicado índice de aproveitamento em torno de 1,0 (um).
- (B) densidades altas são pouco indicadas para parcelamentos econômicos nos custos de manutenção de infra-estrutura, por seu permanente risco de saturação. Soluções de superquadras de 1.000 m de face são mais adequadas, associadas a sistemas viários anelares de alta velocidade, com aplicação de taxas de ocupação máximas de 0,5 e índices de aproveitamento 1,0 (um), que produzem ocupação horizontal, mas compacta.
- (C) ocupações variam morfologicamente; assim, a densidade é um recurso de modelagem geral. Densidades a partir da faixa de 75 habitantes por hectare podem ser consideradas compactas e econômicas, no atual padrão técnico. Neste caso, taxas de ocupação, ao variarem em torno de 0,7, com índices de aproveitamento superiores a 1,0, tendem a resultar em padrões mais compactos e intensivos de ocupação do solo urbano.
- (D) o controle de densidade é uma técnica modernista que não se aplica propriamente ao caso brasileiro, uma vez que os modos de vida do país demandam áreas privativas mais generosas, bem como espaços públicos extensivos, abertos. Assim, o parcelamento deve apresentar quadras com faces compatíveis com caminhadas médias, de 600 m, com aplicação de índices de aproveitamento 1,0 e ocupação máxima abaixo de 0,5.

28. Sobre projeto urbanístico e desenho de sistemas viários, tendo em mente diretrizes de uso intensivo e racional da infra-estrutura urbana, é tecnicamente adequado afirmar que

- (A) o desenho de sistema viário, em escala de bairro, com traçado baseado em vias radiais e perimetrais é o mais adequado, sobretudo em partido urbanístico circular ou curvo, de modo que as distâncias centro-periferia sejam sempre equivalentes dentro da mesma via perimetral. Para esta equivalência, o parcelamento de quadra deve ter proporção 1:1.
- (B) o traçado do tipo espinha-de-peixe é apropriado para uso intensivo, econômico e racionalizado de áreas urbanas, pois preserva a hierarquia viária e as escalas, entre espaços abertos de alto tráfego e os nichos de bairro. A via central, *arterial*, da espinha-de-peixe drena o tráfego principal para as vicinais, *locais*, dentro dos núcleos residenciais.
- (C) para soluções, onde o uso intensivo e a apropriação econômica da infra-estrutura são necessários, deve-se considerar as soluções de malha reticulada e ortogonal do *tabuleiro de xadrez*, com hierarquia viária escalonada e ordenada, e com grão de quadra resultante em parcelas retangulares, projetando as vias de maior hierarquia com maior profundidade.
- (D) desenhos baseados em anéis viários externos, em vias arteriais, e superquadras, são soluções de respeito à escala de bairro, econômicas, e aumentam a velocidade de deslocamento. Este desenho deve ser articulado a vias locais internas, curvas, para redução de velocidade de tráfego e aumento de faces de quadra úteis, favorecendo a ocupação.

29. Segundo a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”), no trecho a seguir, há áreas onde o parcelamento do solo não é permitido. Considerando este trecho, e as atuais diretrizes de urbanização de favelas, inclusive praticadas e recomendadas por programas federais e pelo Ministério das Cidades, assinale a alternativa correta.

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

[...]

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação [...]

(BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para assuntos jurídicos. Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. 10 f. Brasília: Governo Federal, 1979. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L6766orig.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009. Art. 3º, inc. III; IV. p. 1).

- (A) Áreas de assentamentos precários, com deficiências infra-estruturais e habitadas pela pobreza urbana, devem ser objeto de remoção e remanejamento para tipologias de blocos de apartamentos racionais e planejados, do tipo popular, em unidades de cerca de 45 m², de modo a estabelecer, entre tais populações, melhores condições de vida, urbanidade, civilidade e hábitos higiênicos e apropriados.**
- (B) A regulamentação e o veto à ocupação estabelecidos pela Lei n.º 6.766/1979 vêm sendo relativizados, em função dos custos (sociais, econômicos) da remoção e pelas descobertas de tecnologias e estratégias de urbanização, adaptando o desenho e a infra-estrutura à morfologia destes assentamentos, aplicando-lhes, entretanto, parâmetros técnicos vigentes, com adequação à intensidade de uso do solo de suas ocupações.**
- (C) A urbanização de favelas é uma estratégia de incremento de índices de qualidade de vida e segurança pública nestas áreas de precariedade social e econômica. Consiste na construção, em local seguro, de novos assentamentos urbanizados. A ocupação de terrenos em declividade acentuada e com risco geotécnico não deve ser considerada, pelo componente de risco envolvido e pela inadequação aos padrões urbanísticos.**
- (D) Devem ser propostos loteamentos residenciais, em terrenos planos e secos, para esta população. Estes loteamentos devem se situar em terrenos de menor preço na cidade, em zonas de expansão, e devem ter previsão de equipamentos urbanos próprios, com associação entre residência e comércio, de modo que a interação social entre a população favelada seja mantida, e o seu estigma não atinja o restante da população urbana.**

30. No artigo 3º da Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”), em seu inciso I, fala-se em ocupação e urbanização de áreas alagáveis. Muito comuns na Região Amazônica, tais áreas (situadas, por exemplo, em planícies de inundação) costumam ter proximidade e mesmo centralidade nos núcleos urbanos regionais, sendo habitadas e apropriadas de diversas formas. Leia o trecho de lei, a seguir, e marque a alternativa mais apropriada de acordo com os preceitos urbanísticos vigentes, a situação da urbanização regional e as técnicas de planificação urbana.

Parágrafo único. Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas [...]

(BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para assuntos jurídicos. Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. 10 f. Brasília: Governo Federal, 1979. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L6766orig.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009. Art. 3º, inc. I. p. 1).

- (A) A situação exposta, no texto da lei, representa aplicação contraditória ao caso da urbanização amazônica, daí sua necessidade atual de revisão. A ocupação de terras alagáveis pode ser planejada, desde que haja adequação sanitária e urbanística, com controle de densidade e baixo impacto ambiental.
- (B) Esta situação de terras implica em veto objetivo à ocupação, sobretudo por questões sanitárias. O texto da lei permite, entretanto, que se faça melhorias no solo urbano, que devem ser sistemas de macro e microdrenagem e esgotamento sanitário, com tecnologias consagradas e de grande porte, evitando soluções de caráter alternativo ou experimental.
- (C) Terrenos alagáveis são resultado de ocupação urbana desordenada. Deve-se proceder à retificação das margens, à dragagem de eventuais canais, para desviar e conter o impacto do regime de marés, e então construir estruturas rígidas de contenção, a partir de terrenos com cotas corrigidas e inclinação até 2%. A partir deste tipo de melhorias é que a ocupação sistemática, de baixa densidade, pode ser autorizada.
- (D) Na região as áreas alagáveis são fenômenos a combater quanto à ocupação; representam risco à saúde, e, também, um processo predatório de ocupação desordenada nas cidades. As estratégias de urbanização atuais recomendam: o aterramento dos terrenos alagáveis ou a remoção sistemática para áreas de cotas mais altas, incluindo equipamentos urbanos antigos (portos, mercados), situados inadequadamente nestas terras, preservando seus usos.

31. A técnica do paisagismo representa campo disciplinar de importantes interfaces com o urbanismo, o planejamento urbano, o projeto de arquitetura, as engenharias e as ciências ambientais. Ao pensar o paisagismo como estratégia de incremento da qualidade ambiental de espaços públicos e áreas de beira de água, e pensando a aplicação ao caso amazônico, podemos conceber que

- (A) projetos paisagísticos urbanos devem ter esmero estético, usando espécies exóticas e plasticamente interessantes, como as palmáceas, as arbóreas de pequeno porte e folhagem menos densa (para evitar altos custos de manutenção em limpeza urbana e drenagem) e devem sempre prever pelo menos 50% da área pública pavimentada e impermeável, de modo a disciplinar o trajeto das águas no espaço público.
- (B) a abordagem paisagística aplicada ao urbanismo induz ao trabalho com a dimensão topoceptiva do espaço urbano. Assim, revelam-se importantes recursos de recuperação ambiental os trabalhos baseados nas apreensões cognitivas do usuário da cidade, o que pode induzi-lo a melhor apropriação de espaços públicos, inculcando nele sentimento de pertencimento e zelo pelo lugar.
- (C) em clara interface com o desenho urbano, os exemplos de espaços públicos e beiras de cursos d'água demandam tratamento baseado em forrageiras e arbustivas, de folhagem densa. Vegetações de maior porte, como é sabido, tendem a representar obstrução das redes de drenagem, altos custos de poda e dificuldades de manutenção. A forma da vegetação é fundamental, direcionando caminhos e estabelecendo zonas de passagem, convívio e estar, reforçadas pelo mobiliário urbano.
- (D) o tratamento de espaços públicos e margens de cursos d'água pode priorizar estratégias de minimização de insolação direta, com anteparos vegetados de maior porte e folhagem densa; uso intensivo de superfícies permeáveis vegetadas e contenção de solo com arbustivas e arbóreas de pequeno porte. Em taludes pode ser dado tratamento vegetado, em inclinações suaves, em casos particulares. Esta vegetação pode ser de raízes aéreas, com propriedades de recuperação ambiental, absorvente, e de retenção mecânica das margens.

32. O Plano Diretor Urbano (ou Municipal) é o instrumento definidor da função social da propriedade, da terra, urbana; é o principal instrumento da política urbana segundo a Constituição Federal de 1988. Leia trecho do Plano Diretor do Município de Parauapebas e assinale a alternativa correta:

SEÇÃO II
DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA MACROZONA URBANA

Art. 85. São parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo:

- I - coeficiente de aproveitamento;
- II - taxa de ocupação;
- III - taxa de permeabilidade do solo;
- IV - recuo;
- V - gabarito.

[...]

Art. 88. Nas Vias Estruturais e nas Vias Arteriais, para os usos não-residencial e misto, será admitida taxa de ocupação de 60% (sessenta por cento) no primeiro pavimento e de 70% (setenta por cento) do segundo pavimento em diante.

(PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal; Procuradoria Geral do Município. Lei n.º 4.328, de 30 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Parauapebas e dá outras providências. Parauapebas: Prefeitura Municipal, 2006. 70 f. CD-ROM. p. 40-41. *Grifos do autor*).

- (A) Os parâmetros urbanísticos do artigo 85, da lei acima, referem-se ao potencial construtivo do solo urbano em Parauapebas, à ocupação do solo e, especificamente, sua verticalização.
- (B) O coeficiente de aproveitamento, em casos como o do artigo 88, tende a favorecer a verticalização da ocupação do solo urbano, sobretudo quando ultrapassa o coeficiente 1,0 (um), por representar produção de solo sobre solo.
- (C) A diferença básica entre os parâmetros urbanísticos *coeficiente de aproveitamento* e *gabarito* é: limitação em altura da edificação, a partir do nível de acesso térreo, no primeiro; aplicação de cálculo de intensidade do solo produzido, no segundo.
- (D) O artigo 88, sobre as *taxas de ocupação*, sugere que se construa o equivalente a 60% da área de lote, descontados os recuos e afastamentos, no primeiro pavimento, e 70% da área de lote, descontados os recuos e afastamentos, no segundo pavimento.

33. Na atual legislação urbanística brasileira, a figura das *Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)* representa uma das principais inovações no tratamento de áreas com deficiência social e infraestrutura. Leia o trecho do Plano Diretor do Município de Parauapebas, a seguir, e assinale a alternativa correta, seguindo o entendimento dos princípios e aplicações das ZEIS à urbanização brasileira:

**SEÇÃO I
DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL**

Art. 29. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são aquelas destinadas primordialmente à produção e manutenção de habitação de interesse social e se subdividem em:

- I. correspondentes às ocupações informais para fins habitacionais em sítios urbanos de terra firme ou alagados, em terrenos públicos e particulares sujeitos a riscos a permanência humana;
- II. correspondentes a loteamentos privados irregulares;
- III. correspondentes a terrenos vazios, que se constituirão em estoques estratégicos de terras.

§ 1º. Nas ZEIS-1 há o interesse público de fazer urbanização, regularização jurídica da posse da terra e programas de habitação popular.

§ 2º. Nas ZEIS-2 há o interesse público de fazer a regularização jurídica do parcelamento e a complementação da infra-estrutura urbana e dos equipamentos comunitários.

§ 3º. Nas ZEIS-3 há o interesse público de fazer programas habitacionais de interesse social.

Art. 30. O Poder Executivo Municipal deverá elaborar Planos de Urbanização para cada uma das ZEIS, a serem aprovados através de lei, que definirá:

padrões específicos de parcelamento, aproveitamento, uso, ocupação e edificação do solo;

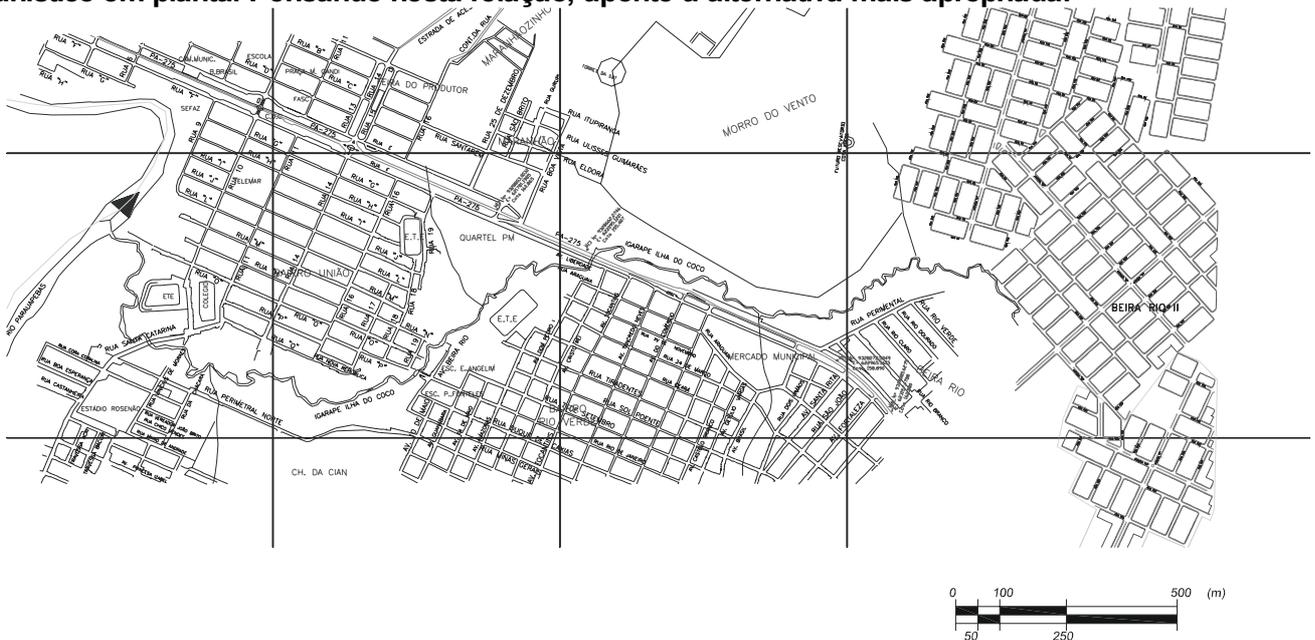
formas de gestão e de participação da população nos processos de implementação e manutenção das Zonas Especiais de Interesse Social;

formas de participação da iniciativa privada, em especial dos proprietários de terrenos, dos promotores imobiliários e das associações e cooperativas de moradores na viabilização do empreendimento, dependendo da capacidade de suporte da infra-estrutura existente, da capacidade do poder aquisitivo dos usuários finais, e do custo de moradia de interesse social a ser produzida;

IV - os preços e formas de financiamento, transferência ou aquisição das unidades habitacionais a serem produzidas. (PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal; Procuradoria Geral do Município. Lei n.º 4.328, de 30 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Parauapebas e dá outras providências. Parauapebas: Prefeitura Municipal, 2006. 70 f. CD-ROM. Arts. 29; 30. p. 12-13. *Grifos do autor*).

- (A) O artigo 30 cita, nos Planos de Urbanização, um ponto fundamental das ZEIS: o entendimento da especificidade da ocupação periférica e sua relação com as estratégias de sobrevivência locais; padrões de urbanização compreensivos diante dos existentes potencializam urbanização de menor custo, com adequação técnica.
- (B) As ZEIS são zonas de isenção fiscal e tributária, basicamente. Como mostram os artigos do Plano Diretor, são contraditórias porque os benefícios dados a domicílios e famílias de menor renda costumam resultar em excessiva acomodação e limitação das expectativas dos moradores, o que os impede de sair do local com melhoria de renda.
- (C) O tipo de ZEIS identificado como ZEIS I (art. 29, inc. I) aponta contradição evidente com a legislação federal de parcelamento do solo urbano. A forma de intervenção objetiva, portanto, reassentar a população em local seguro, sempre que possível, e urbanizar a terra para qualificá-la para a ocupação urbana.
- (D) Os planos de urbanização citados no artigo 30 têm, no inciso III, uma forma de participação empresarial nas ZEIS, de modo a fomentar novos empreendimentos imobiliários que, gerando emprego e renda no local, colaboram na consolidação da urbanização e na fixação dos moradores na área.

34. Há aspectos físico-ambientais que influenciam decisivamente no micro-clima urbano e em aspectos relativos à própria estruturação do ambiente construído, como no uso de tecnologias de climatização artificial, na qualidade ambiental urbana e no consumo de energia das cidades. Dentre estes aspectos, podemos considerar a relação entre orientações predominantes da ventilação e a morfologia do traçado urbanístico em planta. Pensando nesta relação, aponte a alternativa mais apropriada:



Mapa 1 Sede do município de Parauapebas-PA. Trecho da zona urbana; arruamento e rede hidrográfica. Fonte: PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal; Procuradoria Geral do Município. Lei n.º 4.328, de 30 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Parauapebas e dá outras providências. Parauapebas: Prefeitura Municipal, 2006. 70 f. CD-ROM.

- (A) O traçado das vias e sua orientação têm papel relevante no arrefecimento da massa construída urbana, sobretudo quando vias de maior caixa estão orientadas conforme incidências predominantes de correntes de ar e quando a rugosidade da massa construída é reduzida pela horizontalidade e/ou permeabilidade.
- (B) A orientação da malha urbana favorece as perdas de calor quando as vias de maior caixa estão situadas no eixo Norte/Sul, pois neste arranjo há anteparos à insolação e sombreamento feito pela massa construída, projetado sobre a via pública, o que impede o ganho térmico excessivo, principalmente em materiais de pavimentação urbana, como o asfalto.
- (C) A orientação predominante das vias principais do trecho exibido no mapa, a Sul, orientada no sentido Noroeste/Sudeste, coloca os lotes em situação de ventilação cruzada diante das incidências predominantes da ventilação, o que é uma das situações favoráveis para o arrefecimento geral da massa construída urbana.
- (D) Malhas urbanas de diferentes orientações, como o trecho da zona urbana de Parauapebas do mapa, favorecem a criação de diferentes zonas de pressão na malha urbana, criando potenciais de circulação forçada de correntes aéreas. Associada a corredores viários de maior caixa de via, esta é uma estratégia eficaz para incrementar a ventilação na escala da cidade.

35. O projeto arquitetônico, em zonas de clima quente-úmido, exige certas estratégias de melhoria da qualidade ambiental. Com base nesta relação, assinale a alternativa mais apropriada:

- (A) Em climas como o do Estado do Pará uma edificação ideal deve ter, permanentemente, a face Oeste cega, sem aberturas, com aberturas no nível de janela nas faces Norte e Sul, de tal forma que a insolação direta incida apenas em angulações na faixa de 45° a partir do ponto de sol a pino em direção ao poente.
- (B) Devem ser projetadas aberturas no nível de janela com a maior área possível, orientadas de acordo com incidências predominantes de vento, e com aberturas de entrada e de saída, relativamente alinhadas. Aberturas devem ser dispostas em três níveis: janela, venezianas baixas e venezianas altas ou lanternins. Deve-se evitar ganho térmico excessivo com proteção de planos externos, com anteparos sombreados, e deve-se desenvolver técnicas de redução de umidade.
- (C) Aberturas devem privilegiar as zonas mais altas dos planos externos, de modo a arrefecer a edificação através do ar quente, sempre em tendência ascendente. Ademais, aberturas no nível de janela devem ser dispostas no sentido Norte/Sul, para incrementar o fluxo de ar; deve haver cuidado específico com angulação e insolação, garantindo incidência de iluminação natural no período de 10 h às 16 h.
- (D) A face externa a Leste deve conter amplos planos de aberturas, com possibilidade de circulação de ar no sentido Leste/Sul, predominante na região. Anteparos à insolação, como *brises* e beirais, devem conter toda incidência direta desde as 10 h da manhã até as 18 h, de modo a evitar a danosa irradiação de cargas de raios UV, que acarretam ganho térmico.

36. Considerando as diretrizes de setorização funcional de escolas de ensino fundamental, recomendadas pelo Ministério da Educação (MEC), é correto dizer que

- (A) no setor de *Recursos Didáticos* de uma escola, ambientes como a *Sala de Leitura* e a *Biblioteca* devem, preferencialmente, ficar próximos dos usos do setor de *Serviços Gerais*, pois exigem fluxos de manutenção freqüentes.
- (B) a *Secretaria* de uma escola, parte de seu setor de *Administração*, deve ter localização reservada, protegida e menos acessível, segundo as recomendações técnicas (RTs) do MEC. Este fato se deve às recentes considerações acerca do sigilo de dados da escola.
- (C) no setor de *Alimentação*, o complexo *Cozinha*, *Refeitório* e *Dispensa* deve ser próximo, porém respeitando os fluxos de abastecimento e descarte, evitando contaminação. Há certa flexibilidade de locação em planta, mas recomenda-se proximidade do setor de *Serviços Gerais*.
- (D) hoje se nota que a *Sala de Aula*, célula da escola, no setor de *Ensino e Docência*, deve ser situada em local de visibilidade máxima, de modo que sua atividade possa ser monitorada integralmente. Para tanto, recomenda-se proximidade de áreas coletivas e de recreio.

37. Equipamentos escolares de médio e grande portes, com ensino fundamental e médio, têm recomendação para implantação de *Centro Desportivo*, associado à escola no mesmo lote ou em suas proximidades. Sobre os *parâmetros específicos* de setorização funcional, exigências configuracionais e partido arquitetônico destes *Centros Desportivos*, segundo recomendações técnicas (RTs) do Ministério da Educação (MEC), é apropriado dizer que

- (A) tais centros podem conter, de modo mais usual, áreas de piscina, vestiários, quadra, salas de aula e setores de apoio. Destinam-se a apoiar atividades de desenvolvimento cognitivo e psicomotor dos alunos, socializando-os e atuando sobre sua saúde.
- (B) os *Centros Desportivos* atuais são compostos por um conjunto de quadras cobertas e piscinas, basicamente. *Layouts* destes *Centros* devem propor distanciamento entre piscinas e quadras, de modo a preservar a ação de cada atividade em planta.
- (C) como apoio ao setor de *Quadras*, os *vestiários* devem ser dimensionados com capacidade de atendimento para ambos os sexos, e distribuição em planta de modo que tenham previstas apenas áreas *secas*, pois não se prevêem mais *vestiários molhados* em escolas.
- (D) não é recomendável a proximidade entre a *quadra poliesportiva* de 18 m x 30 m e a área de *ginástica e teatro* de 21 m x 40 m, devido à alta probabilidade de interferência entre atividades, o que pode provocar acidentes diversos envolvendo equipamentos, atletas e audiência.

- 38. Entende-se atualmente que os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), genericamente, tenham oito grandes setores organizacionais: ambulatório e hospital-dia; atendimento imediato; internação; diagnóstico e terapia; apoio técnico; ensino e pesquisa; administração; logística. Sobre especificidades técnicas e projetuais, no nível arquitetônico, destes EAS, é correto afirmar que**
- (A) pacientes em situação de necessidade de *terapia intensiva* passam pelo setor de *internação*, mas pela especificidade e gravidade comum de seus quadros são encaminhados ao setor de *ensino e pesquisa* para adequado diagnóstico, sendo então encaminhados à área de acompanhamento sistemático do setor de *hospital-dia*, onde permanecem.
 - (B) no *diagnóstico e terapia*, considerando o *centro cirúrgico* e, especificamente, uma *sala de cirurgia média*, as instalações exigidas estritamente são: fornecimento canalizado ou portátil de oxigênio; água fria; energia elétrica emergencial.
 - (C) uma sala de parto normal e cirúrgico, combinados, pode ter duas mesas de parto, *excepcionalmente*; suas instalações obrigatórias são ar comprimido medicinal; oxigênio; água fria.
 - (D) o *vestiário de barreira* é um ambiente exclusivo de paramentação e controle do EAS, para entrada e saída, em combate a infecções hospitalares.
- 39. Sobre métodos, técnicas e parâmetros gerais de *pré-dimensionamento arquitetônico* é apropriado afirmar que**
- (A) vãos livres (*luz*) de portas de uma folha, voltadas a áreas externas do edifício, devem medir 70 centímetros de largura. Medidas superiores a esta representam riscos à segurança e dificuldades de acabamento e execução.
 - (B) em corredores internos de edificações de pequeno porte, como casas, é necessário dimensionar a largura livre para cerca de 3 *unidades de passagem* convencionadas pela norma técnica vigente, como medida mínima de segurança. Isto garante que as eventuais rotas de fuga estejam sempre livres; haveria um corredor em cada sentido e um terceiro exclusivo para fuga.
 - (C) segundo normas técnicas vigentes e códigos de obras e edificações, a altura mínima de pé-direito de uma edificação com vedações laterais deve ser de 2,75 m, de modo a garantir adequada taxa de troca de ar, conforto ambiental e estabilidade construtiva.
 - (D) ambientes compactos, inicialmente, são dimensionados por mínimos estabelecidos em norma técnica, sobre os quais se considera, como espaço mínimo de circulação, 55 centímetros para cada pessoa em trânsito; corredores e similares devem abrigar pelo menos dois destes fluxos simultâneos, e em rotas de fuga ascendentes esta largura deve ser aumentada.
- 40. Sobre métodos, técnicas e parâmetros gerais de *pré-dimensionamento urbanístico* é apropriado afirmar que**
- (A) uma *faixa de rolamento* considerada tecnicamente apropriada para fluxo de ônibus deve ter, no mínimo, 2,75 m de largura, merecendo extensão lateral de 10% em caso de curva fechada.
 - (B) raios de entroncamento de vias devem ter, no mínimo e em hierarquia de via local, dimensão de cerca de 9,0 m, para adequada conversão de veículos em seu leito carroçável.
 - (C) o posteamento de uma área urbanizada, combinando economia da rede de fornecimento de energia elétrica e iluminação pública no nível da via, deve ser de cem em cem metros mínimos.
 - (D) cerca de 30% das áreas urbanizadas são destinadas a uso público, devendo ser projetadas como praças, parques e passeios; exclui-se deste quantitativo o sistema viário urbano.
- 41. Suponha edificação de pequeno porte, com sistema construtivo de fundação em sapatas, estrutura em concreto armado convencional, usinado, vedações em alvenaria de tijolos de barro e cobertura em telhas de barro, estruturada em madeira. Em termos genéricos e usuais, consagrados pela execução de obra civil para edificações com as características descritas, assinale a alternativa mais apropriada quanto ao seu *pré-dimensionamento estrutural*, em concreto armado:**
- (A) Para vãos de 5,00 m, em média, considerando pilares de largura nominal entre 15 cm e 20 cm, a profundidade mínima suficiente da seção do pilar deveria ser de 75 cm.
 - (B) Para vãos de 5,00 m, em média, considerando vigas com cerca de 20 cm de base, a altura de viga suficiente poderia ser de 40 cm.
 - (C) Para vãos de 4,00 m, em média, considerando pilares de largura nominal em torno de 15 cm, a profundidade mínima suficiente da seção do pilar deveria ser de 60 cm.
 - (D) Para vãos de 4,00 m, em média, considerando vigas de cerca de 15 cm de base, a altura de viga suficiente poderia ser de 28 cm.

42. No Brasil, para edificações de pequeno porte, uma solução de cobertura usual é feita com o uso de telhas de barro do tipo *plan* ou *capa-canal*, com estrutura em peças aparelhadas de madeira-de-lei. Observe o diagrama a seguir e marque a alternativa correta quanto às funções e nomenclatura das peças que compõem a estrutura de madeira de uma cobertura do tipo citado.

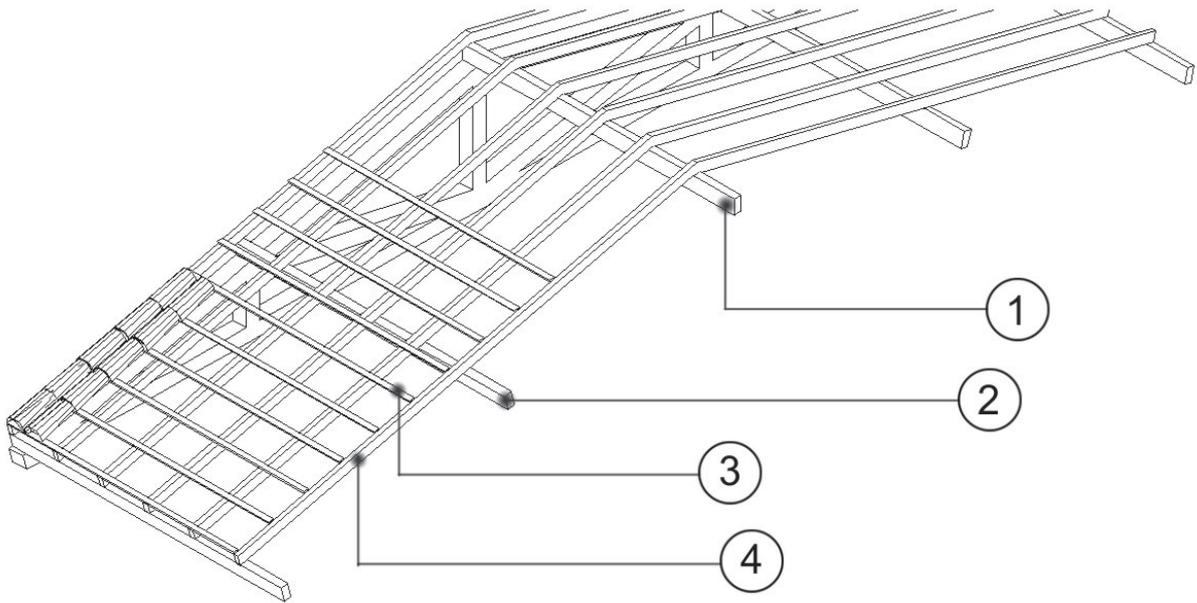


Ilustração 1 Esquema isométrico de estrutura em madeira para cobertura. Marcação de peças.

- (A) A peça de número 1 é usualmente chamada de *cumeeira* e tem, para vãos até cerca de 7,50 m, dimensões de 7,5 cm x 10,0 cm.
- (B) A peça de número 2 é usualmente chamada de *terço*, trabalha na flexão da estrutura no sentido longitudinal e tem espaçamento máximo recomendado de cerca de 1,50 m.
- (C) A peça de número 3 é usualmente chamada de *ripa*, tem papel de sustentação e fixação de telhas, espaçamento variável em torno de 40 cm e dimensões em torno de 5,0 cm x 2,5 cm.
- (D) A peça de número 4 é usualmente chamada de *caibro*, tem função estrutural no sentido transversal, em compressão, dimensão de 5,0 cm x 5,0 cm e espaçamento de 1,00 metro.

43. Considerando procedimentos padronizados de execução de alvenaria em blocos cerâmicos, é tecnicamente válido considerar que

- (A) a argamassa mais adequada para assentamento de tijolos é composta de cimento, areia e água, com juntas de no máximo 10 mm de espessura, sem rejuntamento vertical.
- (B) os blocos devem ser assentados do centro para as extremidades do painel de alvenaria, com cálculo prévio de modulação para que sejam aproveitadas frações exatas, como meio-tijolo.
- (C) o traço da argamassa para assentamento de tijolos cerâmicos deve ser de 1:3:3, compondo com aditivo de aceleração de “pega” e produto químico para catálise da queima.
- (D) quando do fechamento superior da alvenaria, tijolos colocados inclinados serão calçados nas vigas e lajes, cerca de 8 dias da chegada da alvenaria na altura de fechamento.

44. Em *rampas acessíveis* a PNE, é tecnicamente apropriado considerar que

- (A) uma inclinação excepcionalmente acessível seria de 1:8, em casos de reforma. A largura da rampa deve seguir dimensionamento de saídas de emergência, em geral, mas não deve ser inferior a 1,20 m. O corrimão deve ter dois níveis, a cerca de 92 cm de altura e também a cerca de 70 cm de altura.
- (B) a inclinação ideal é de 1:6, pouco íngreme e confortável para o deslocamento. A largura da rampa deve ser múltipla de 0,60 m, com largura ideal de 1,80 m. O corrimão, tubular, deve ter diâmetro de 12 cm, em altura de 1,00 m, com tubos de 3 cm em intervalos de 30 cm, até o piso da rampa.
- (C) apesar da inclinação ideal ficar entre 5% e 6,25%, deve-se praticar 10% de inclinação em virtualmente todas as situações, incluindo saídas de emergência rampadas em sentido ascendente. Para tal, deve-se aplicar fator extensor da largura da rampa, onde a largura calculada deve ser aumentada em 75%.
- (D) rampas devem ter sentido de deslocamento inteiramente tratado com faixas táteis direcionais e de alerta, sendo que se deve colocar faixa direcional no sentido transversal da rampa, em sua entrada e na saída, e de alerta no sentido longitudinal do deslocamento, de modo a orientar o PNE durante o uso. A largura deve ser de 1,10 m e a inclinação, de 1:12,5.

45. As *faixas (ou sinalizações) táteis* são especificadas pelos estudos de acessibilidade espacial como recursos úteis para a orientação de portadores de necessidades especiais. Consulte o diagrama a seguir e assinale a alternativa correta sobre estes elementos, baseado em princípios da norma técnica vigente.

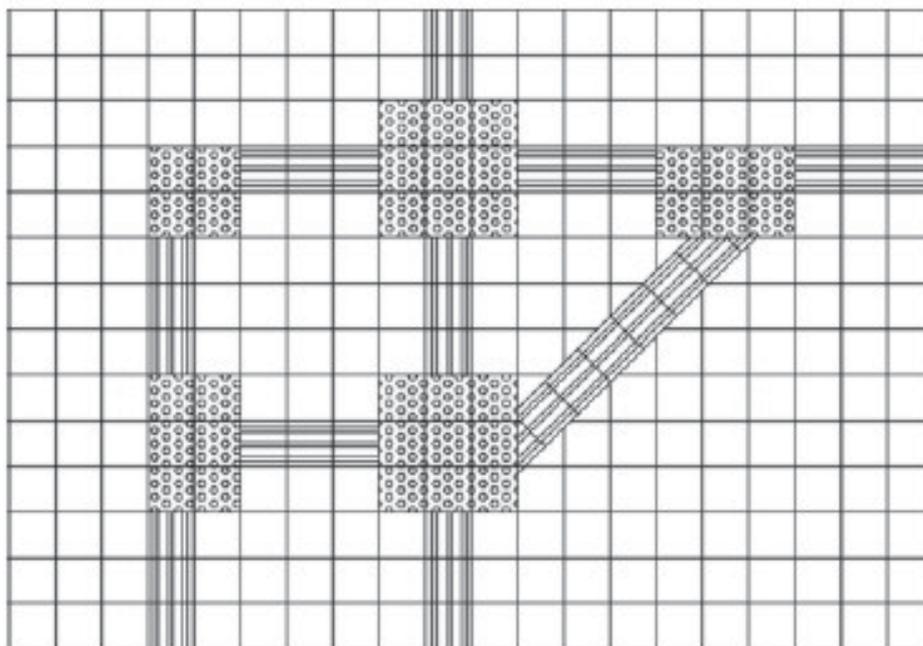


Ilustração 2 Exemplo de sinalização tátil do tipo *alerta* e *direcional*, usada em espaços públicos e deslocamentos de pedestres em geral. Fonte: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. 97 f. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. CD-ROM. p. 35.

- (A) Com sulcos retangulares e paralelos, a sinalização tátil do tipo *alerta* impede que o PNE se desloque lateralmente, para fora da faixa; caso isto ocorra é possível sentir a diferença de textura.
- (B) A sinalização do tipo *direcional* tem como função guiar, pelo contato com o relevo das peças de sulcos longitudinais, o PNE. Em geral é aplicada no eixo do deslocamento.
- (C) Tais faixas de *sinalização* devem ser aplicadas apenas em pontos de ônibus e passeios de mais de 3,50 m de largura, pois sua diferença de nível pode representar ameaça ao deslocamento de PNE em espaços mais restritos.
- (D) Aplica-se conjuntos de placas de sinalização tátil de *alerta*, em quadrados ou retângulos, para evidenciar a mudança de direção do deslocamento; o PNE nota a diferença de relevo, entre a *textura direcional* (em pequenos círculos) e a de *alerta* (em pequenos retângulos).

46. Instalações sanitárias em edifícios precisam ser adaptadas para necessidades de PNE, como idosos ou cadeirantes (ver Ilustração da questão, a seguir). No caso de novo projeto, o ideal é que as configurações tecnicamente esperadas sejam programadas antecipadamente. Assim,

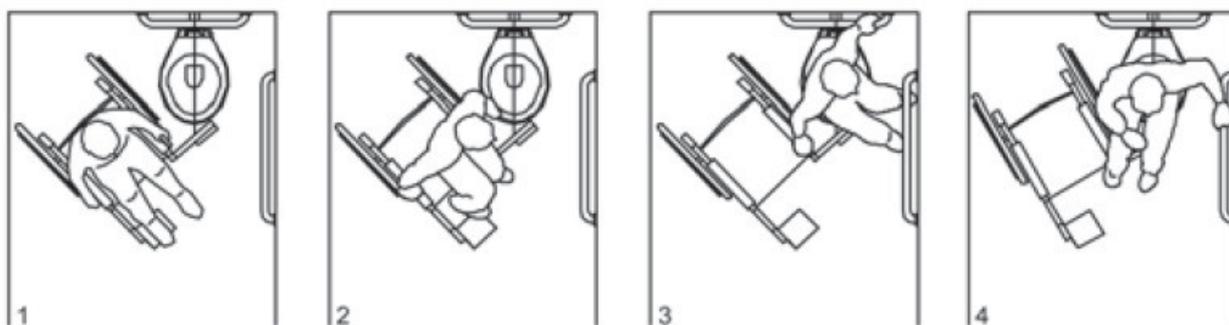


Ilustração 3 Exemplo de transferência de cadeirante para vaso sanitário. Fonte: ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. 97 f. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. CD-ROM. p. 66.

- (A) as bacias sanitárias são acessíveis a cadeirantes quando sua altura de assento varia entre 0,45 m e 0,55 m. Barras de apoio, posterior e lateral, devem ser fixadas nas paredes a 0,80 m de altura.
- (B) a cabine mínima que possibilita transferência de cadeirante para vaso sanitário, com uso de barras de apoio, tem dimensões de 2,50 m x 2,70 m. Neste caso pode ser usada barra de apoio única no canto da parede, em “L”.
- (C) desníveis de piso podem ser de até 3,0 cm de altura, em boxes para banho de PNE de pelo menos 1,80 m x 1,80 m, com área de 1,40 m x 1,20 m para transbordo da cadeira de rodas até banco especial instalado no boxe.
- (D) o espaço mínimo de cabine recomendado para transferência lateral de cadeirante para vaso sanitário é de cerca de 1,50 m x 1,70 m. A área de transferência mínima é de 0,80 m x 1,20 m, com duas barras de apoio de \varnothing 4,0 cm, em média.

47. Leia a planilha a seguir, extraída de material de divulgação e transparência de contas públicas do Estado do Ceará, Justiça Federal, Tribunal Regional. A planilha, orçamento (que aqui se encontra resumido) de obra civil de *reforma e ampliação* de edifício público, contém os principais itens das etapas da construção. Na coluna à direita (% Total) estão disponíveis percentuais referentes ao peso que o item respectivo tem sobre o total da obra. A partir da planilha e de considerações de natureza técnica, assinale a alternativa mais apropriada, a seguir.

AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO DO NORTE - CE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (R\$)	% TOTAL
1. OBRAS CIVIS		123.197,59	75,1%
1.1	IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	7.949,95	4,8%
1.2	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.601,31	1,6%
1.3	MOVIMENTO DE TERRA	2.880,36	1,8%
1.4	FUNDAÇÕES	5.245,82	3,2%
1.5	ESTRUTURA DE CONCRETO	21.399,24	13,0%
1.6	PAREDES E PAINÉIS	7.982,84	4,9%
1.7	PAVIMENTAÇÃO	21.426,98	13,1%
1.8	REVESTIMENTO	16.886,96	10,3%
1.9	COBERTURA	8.611,63	5,2%
1.10	SERRALHERIA	9.480,73	5,8%
1.11	CARPINTARIA E MARCENARIA	2.479,40	1,5%
1.12	FERRAGENS	1.472,83	0,9%
1.13	VIDRAÇARIA	2.940,29	1,8%
1.14	PINTURA	10.813,98	6,6%
1.15	IMPERMEABILIZAÇÃO	636,71	0,4%
1.16	DIVERSOS	1.793,58	1,1%
2. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFÔNICAS E LÓGICA		11.551,00	7,0%
2.1	ELÉTRICAS	5.774,29	3,5%
2.2	TELEFÔNICAS	1.395,84	0,9%
2.3	LÓGICA	4.380,87	2,7%
3. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		10.291,14	6,3%
3.1	HIDRÁULICAS	1.784,89	1,1%
3.2	SANITÁRIAS	2.966,88	1,8%
3.3	LOUÇAS E METAIS	5.539,37	3,4%
4. SUBESTAÇÃO AÉREA		19.071,77	11,6%
TOTAL GERAL		164.111,50	100,0%

Planilha 1 Resumo de Planilha de Orçamento de Obra Civil para Tomada de Preço de obra pública, reforma e ampliação de edifício do Poder Judiciário no Estado do Ceará. Fonte: CEARÁ, Tribunal Regional Federal. Contas públicas: editais e licitações. Tomada de preço 001. Planilha orçamentária. 10 f. Disponível em: <http://www.jfce.jus.br/contasPublicas/editais_licitacoes/editais/tomadaPreco01_anexo_planilhaOrçamentaria.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2009. [Com alterações.]

- (A) Considerando estrutura em concreto armado usando concreto usinado de $F_{ck} = 20$ Mpa, com aços CA-50 e CA-60, caso o preço do insumo cimento apresente elevação de 5% e o do aço, de 10% em média, seria apropriado dizer que o item deve ser aumentado em cerca de 8%.
- (B) Considerando o item 1.14, *Pintura*, caso o insumo tinta 100% acrílica, do detalhamento do item, sofra elevação de preço da ordem de 12%, e a massa acrílica acompanhe esta elevação, é apropriado dizer que o item deva sofrer elevação média de valor na ordem de 12%.
- (C) Caso tomemos como referência os itens 1.4, *Fundações*; 1.5, *Estrutura de concreto*; 1.7, *Pavimentação* e 1.8, *Revestimento*, é possível considerar que argamassas e concreto são responsáveis por, aproximadamente, 39% do custo total orçado para a obra.
- (D) É possível que o orçamento esteja sub-dimensionado, uma vez que o item 3, *Instalações hidrossanitárias*, responde por 6,3% da obra, e o sub-item 3.1, *hidráulicas*, representaria apenas 1,1% do total. Sabe-se, entretanto, que tais itens representam, em média, 3% do total da obra.

48. Considere a necessidade de implantação de equipamento coletivo urbano em uma área da cidade. O equipamento necessita de 500 m² de *lote* para sua edificação e instalação, incluindo áreas livres determinadas por lei e áreas destinadas a estacionamento. O pré-dimensionamento do equipamento totalizou 300 m² de *área construída*, em média, acertando os valores de áreas externas (jardins, cobertura de garagens, muros divisórios) para os índices de custo da obra, e incluindo no valor orçamento de taxas, impostos, licenças necessários ao funcionamento do equipamento no local. Além deste orçamento, foram estimados R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) em custos unitários de adequação de infra-estrutura urbana para a instalação do equipamento. Considera-se que o custo da terra, com regularização, na região da cidade avaliada como necessária à implantação do equipamento é da ordem de R\$ 40,00/m². Considera-se que o custo de produção da obra civil é da ordem de R\$ 1.800,00/m². Desta forma, quanto seria, em termos gerais, o custo inicial de instalação deste equipamento urbano, considerando solo urbano, produção da obra civil e adequações infra-estruturais?

(A) R\$ 17.840,00
(B) R\$ 37.800,00
(C) R\$ 576.000,00
(D) R\$ 8.560.000,00

49. Segundo a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a chamada *Lei de Licitações*, que *Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências* — disponível em <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/1%29%20lei-8666.pdf>> —, a definição precisa e útil para a administração pública do que é um *Projeto Básico* de Arquitetura e/ou Engenharia é:

- (A) Um conjunto de peças técnicas necessárias e suficientes em precisão para caracterizar obra ou serviço, com base em estudos técnicos prévios, que possibilite avaliar impactos ambientais, definições de projeto, orçamento total e definição de métodos e prazos de execução.
- (B) Um compêndio de projetos técnicos, planilhas, textos e gráficos que, em conjunto, permitem a avaliação de uma obra civil para fins de definição de procedimentos legais de licenciamento junto à Prefeitura e Governo do Estado (habite-se, licenças de uso e operação, permissões, registros) e formalização em edital para licitação de obra por empreitada.
- (C) Especificações técnicas que garantem a descrição precisa de áreas construídas, acabamentos, sistemas construtivos e procedimentos por etapa da obra, o que deve orientar o poder público no sentido da contratação de empresa para desenvolvimento de projeto executivo, documento essencial para licitação e execução.
- (D) Subsídios administrativos (planilhas de custo, especificações de tecnologia e procedimentos de obra e entrega do produto ou serviço, cálculo de BDI) e técnicos (pranchas técnicas através de desenhos normalizados e executados em tecnologias CAD) que permitem, em sua consulta, a execução completa da obra, em condições necessárias e suficientes.

50. A Prefeitura Municipal de Parauapebas tem como objetivo criar rede de proteção social no território urbanizado do município. Para tanto, cria planejamento de modo a estimar a quantidade de equipamentos urbanos (redes e serviços urbanos de infra-estrutura e correlatos) e coletivos (escolas, creches, CRAS, EAS, etc.) necessários. Do mesmo modo, estima populações de potenciais usuários e os dispõe no território da sede urbana. Considere que determinada área, com população de 10.000 pessoas, de baixa renda em geral, demanda uma creche pública; para alcançá-la a pé, qual seria o raio máximo de alcance do equipamento, de modo que pudesse ser atingido, em primeiro lugar, pelas crianças e em segundo lugar, pelos adultos? Raciocine segundo técnicas urbanísticas consagradas atualmente.

- (A) 400 m em primeiro lugar (crianças) e 800 m em segundo lugar (adultos).
(B) 200 m em primeiro lugar (crianças) e 600 m em segundo lugar (adultos).
(C) 150 m em primeiro lugar (crianças) e 800 m em segundo lugar (adultos).
(D) 300 m em primeiro lugar (crianças) e 1.000 m em segundo lugar (adultos).

